



**Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira**

**Acesso à Justiça –  
Uma Questão de Cidadania**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da PUC-RJ como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Andréia Clapp Salvador

Rio de Janeiro  
Abril de 2011



## **Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira**

### **Acesso à Justiça – Uma Questão de Cidadania**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Profa. Andréia Clapp Salvador**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Celeste Anunciata Baptista Dias Moreira**

UNIRIO

**Profa. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 04 de abril de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e da orientadora.

### **Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira**

Graduou-se em Direito pelo Centro Universitário do Norte - UNINORTE em 2006. Especializou-se em Direito Civil e Processo Civil, pela UNINORTE em 2006. Atualmente é advogada do Núcleo de Prática Jurídica da UNINORTE.

#### Ficha Catalográfica

Teixeira, Clyssia Regiane de Oliveira

Acesso à justiça: uma questão de cidadania / Clyssia Regiane de Oliveira Teixeira ; orientadora: Andréia Clapp Salvador. – 2011.  
126 f. il. (color.) ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2011.  
Inclui bibliografia.

1. Serviço social – Teses. 2. Cidadania. 3. Acesso à justiça. 4. Igualdade de direitos. 5. EAJ. I. Salvador, Andréia Clapp. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Serviço Social. III. Título.

CDD: 361

A Deus, o Criador do céu e da Terra;

A minha mãe, Maria de Oliveira Teixeira; ao meu pai,  
Alcimar Pereira Teixeira (*in memoriam*);

Aos meus irmãos Regina e Denis;

Às minhas amigas irmãs Viviane Areosa; Mônica  
Fonseca e Sandra Cyrino.

## Agradecimentos

À UNINORTE na pessoa do professor Waldery Areosa Ferreira;

Minha consideração e respeito à doutora Andréia Clapp Salvador, pela excelência de sua orientação e pela sua incansável dedicação para realizar as devidas correções. Sem essa ajuda eu não teria conseguido um nível de qualidade digno de apresentar a presente dissertação a uma banca de doutores de uma Universidade nacionalmente disputada e célebre, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Ao corpo docente do Mestrado de Serviço Social.

E a todos aqueles que de forma direta ou indireta, colaboraram e me incentivaram na conquista de mais uma vitória.

## Resumo

Teixeira, Clyssia Regiane de Oliveira; Salvador, Andréia Clapp. **Acesso à Justiça: uma questão de cidadania**. Rio de Janeiro, 2011. 126p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A cidadania parte do princípio de que todos os homens são iguais perante a lei, sem discriminação de raça, credo ou cor, tendo direito à educação, saúde, habitação e lazer. Ser cidadão significa ter direitos e deveres dentro da sociedade. A cidadania é ressaltada não só pela legislação pátria, como também pela literatura, pelos meios acadêmicos, pelas mídias e por organismos internacionais, dentre outros. O acesso à Justiça, portanto, deve ser encarado como o mais básico dos direitos humanos. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica. Esta dissertação “Acesso à Justiça: uma questão de cidadania” tem como objetivo geral investigar a percepção adquirida pelos usuários atendidos pelo Escritório Modelo da Universidade UNINORTE sobre a atuação do EAJ e sua relação com os direitos de Acesso à Justiça. O interesse da autora desta dissertação pelo tema se dá em razão da função social que os escritórios de prática jurídica das universidades exercem ao prestarem atendimento jurídico gratuito as famílias de classes populares; atualmente, cada vez mais se observa que homens e mulheres lutam em condições de igualdade para adquirirem seus direitos civis. Além do embasamento teórico, por meio da pesquisa bibliográfica, foi feita uma pesquisa de campo, com entrevista semi-estruturada para a coleta de dados. As entrevistas foram gravadas, transcritas e posteriormente analisadas.

## Palavras-chave

Cidadania; Acesso à Justiça; Igualdade de Direitos; EAJ.

## Abstract

Teixeira, Clyssia Regiane de Oliveira; Salvador, Andréa Clapp (advisor). **Access to legal aid, a matter of citizenship: Legal Assistance Office (KAE) in work with families of classes.** Rio de Janeiro, 2011. 126p. Dissertation. Department of Social Services. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Citizenship is based on the principle that all men are equal before the law without discrimination of race, creed or color, having the right to education, health, housing and leisure. Being a citizen means to have rights and duties within society. Citizenship is highlighted not only by the Brazilian legislation, but also by literature and by academia, media and international organizations, among others. Access to justice must therefore be regarded as the most basic human rights. Their study assumes a broadening and deepening of the goals and methods of modern legal science. This dissertation “Access to Justice: a citizenship matter” aimed to investigate the perception gained by the users served by the Office of University Model UNINORTE on the role of EAJ and its relation to the rights of access to justice. The author's interest in the subject of this thesis verify itself by social function that the offices of the legal practice of universities engaged in providing free legal assistance to families of popular classes; now it is observed that men and women fight in the same conditions for their rights in relation to offspring. Beyond the literature research it was a field survey, with semi-structured interview to collect data. Interviews were taped, transcribed and then analyzed.

## Keywords

Citizenship; Access to Justice; Equality Rights; EAJ.

## Sumário

1. Introdução	13
2. Características do Estado de Direito, a partir da Ampliação Do Acesso à Justiça	18
2.1. Direitos humanos	18
2.1.1. Colisão de direitos e equilíbrio de interesses	23
2.2. Acesso à justiça gratuita	26
2.3. Dos beneficiários da lei 1.060/50	43
2.4. Justiça e cidadania	48
2.5. Estado social de direito	52
2.6. Judicialização	57
3. Acesso à Justiça à Luz das Mudanças Sociais	64
3.1. Acesso à justiça no Brasil – algumas importantes considerações	64
3.2. Principais obstáculos ao efetivo acesso à justiça	68
3.2.1. Obstáculos econômicos	75
3.2.2. Obstáculos sócio-culturais	77
3.2.3. Obstáculos jurídicos	80
3.3. Justiça gratuita hoje	83
3.4. Uma experiência do escritório modelo	85
4. Análise dos Atendidos pelo Escritório de Assistência Jurídica (EAJ), Uninorte	88
4.1. Área de estudo	88
4.2. Perfil dos usuários entrevistados	91
4.3. Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) da Universidade UNINORTE: O olhar do usuário	99
4.4. Resolução do processo	103

4.5. Caminho de acesso à justiça	105
4.6. Pontos positivos e negativos no atendimento	107
5. Conclusão	110
6. Referências bibliográficas	112
7. Anexos	123

## Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Quanto ao gênero	91
Gráfico 2 – Quanto ao grau de instrução	93
Gráfico 3 – Quanto à faixa etária	94
Gráfico 4 – Quanto a renda familiar	95
Gráfico 5 – Quanto ao estado civil	97
Gráfico 6 – Quanto o acesso ao EAJ	101

## Lista de Abreviaturas e Siglas

CDC	Código de Defesa do Consumidor
UNINORTE	Centro Universitário do Norte
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CPC	Código de Processo Civil
EDA	<i>Environmental Protection Agency</i>
EAJ	Escritório de Assistência Jurídica
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA.	Estados Unidos da América
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PPA	Plano Plurianual
PBQP	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
RT	Revista dos Tribunais
SC	Santa Catarina
TJ	Tribunal de Justiça

*O pior mal já está feito quando se tem pobres para defender e ricos para conter. É apenas sobre a mediocridade que a força das leis se exerce completamente: elas são igualmente impotentes contra os tesouros do rico e contra a miséria do pobre; o primeiro as engana, o segundo lhes escapa. Um rompe a rede, o outro passa através dela.*

Rousseau, *Da Economia Política*.